

Impactos econômicos da COVID-19: análise macroeconômica e setorial para o Brasil

Lucas Rodrigues

Doutor em Economia

IEDAR/UNIFESSPA

Pesquisador do “Grupo de Estudos: Política, Economia e Dinâmicas Minerárias” (GPEM)

Introdução

A crise sanitária global inaugurada pela COVID-19 traz em sua esteira inevitáveis consequências econômicas. Apesar de uma disputa de narrativa que tenta imputar tais consequências às medidas de isolamento social, é impossível imaginar uma normalidade em cenário de pandemia. Traçando um paralelo com a gripe espanhola de 1918-1920, Barro et al (2020) estimam que os impactos negativos dessa doença sobre o PIB e sobre o consumo foram, em média, de 6% e 8%¹, nos países analisados. Para os autores, esses números colocam o evento como o quarto maior choque adverso macroeconômico desde 1870, atrás apenas da II Guerra Mundial, da Grande Depressão de 1930 e da I Guerra Mundial.

Com a pandemia, as incertezas sobre o futuro e a retração na economia mundial fariam sentir seus efeitos sobre o consumo e o investimento local. Esses poderiam ser ainda maiores em um cenário de pânico causado por números explosivos de casos e óbitos, em situação hipotética de nenhuma medida restritiva. Projeções do FMI já apontam para situações similares sobre o crescimento econômico entre aqueles países que adotaram medidas mais brandas de isolamento social e aqueles com ações mais rigorosas. A Alemanha, por exemplo, bastante eficiente no combate à COVID-19 e, por isso, mais flexível na quarentena, apresentou retração de 2,2% em sua produção no primeiro trimestre desse ano. A Suécia, país com medidas limitadas de restrição, espera

¹ <https://www.weforum.org/agenda/2020/03/coronavirus-great-influenza-pandemic-covid19-prepared-outbreak/>

uma queda de 6,8% em seu PIB no ano, segundo o FMI. Redução próxima àquela estimada para os demais países da Escandinávia, mais rigorosos na adoção da quarentena, de 6,3% em média².

Para o Brasil, inúmeras projeções têm sido feitas, as quais variam de cenários otimistas, com reduções do PIB na ordem de 3% a 5%, até cenários bastante pessimistas, apontando queda de mais de 10% na produção interna. Apesar de importantes, esses exercícios lançam pouca luz para as estimativas dos efeitos econômicos da COVID-19 nas diferentes regiões brasileiras. A disponibilidade limitada de dados é fator que dificulta a análise regional, no entanto algumas aproximações podem ser feitas. Para isso, o ponto de partida são os estudos de impactos setoriais a nível nacional.

Com o objetivo de apresentar algumas perspectivas para a economia brasileira, o presente texto divide-se em duas partes, além dessa introdução e das considerações finais. Na primeira, discute-se a teoria dos componentes do PIB e da análise de Insumo-Produto, para a mensuração dos impactos econômicos intersetoriais. Na segunda, apresenta-se um estudo do “Grupo de indústria e competitividade do instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (GIC/IE-UFRJ)”, que utiliza essa metodologia nos modelos de previsão dos impactos da COVID-19 na economia brasileira.

Esse texto é a primeira apresentação sobre os impactos econômicos da COVID-19. No próximo trabalho será realizada uma análise específica para o Pará e a região sul e sudeste do Estado. A base para tal análise será a extrapolação dos resultados aqui expostos, considerando a composição setorial específica no Estado.

O Produto Interno Bruto e as relações intersetoriais de uma economia

Na história recente da economia global o Produto Interno Bruto (PIB) tem sido utilizado como um dos principais indicadores do desempenho econômico de um país ou

² <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/05/quarentena-flexivel-nao-impede-retracao-da-economia-em-meio-a-crise-global.shtml>

região³. Presente no cotidiano do jornalismo, essa variável tornou-se habitual para ampla parcela da população. Apesar das limitações no uso do PIB como medida de desenvolvimento econômico⁴, a análise dessa variável é extremamente importante para captar os efeitos imediatos das mudanças de perspectiva na economia. Por ser uma medida de fluxo e não de estoque, expressa de maneira rápida o comportamento de inúmeras outras variáveis que determinam a dinâmica do emprego e da renda em um país.

O produto interno bruto nada mais é que uma medida que agrega inúmeras outras. Para entender sua mensuração é importante compreender uma identidade básica na economia entre renda, produção e consumo. Essa identidade determina as várias formas, ou óticas, do PIB. Nos livros textos de economia, o exemplo básico para se compreender a intuição dessa identidade é o do processo de produção de uma mercadoria final específica. Vamos supor aqui o pão e expressar seu funcionamento em um diagrama:



Nesse exemplo bastante trivial, supõe-se uma economia composta por 4 setores produtivos, mais o consumo final. A pergunta elementar nas aulas de contabilidade social é: Qual o PIB dessa economia? Uma resposta geralmente dada é: a somatória do valor de venda de cada setor, nesse caso, \$ 1.200,00. Essa resposta contém um problema bastante comum de dupla contagem, ou seja, de considerar a produção de um setor várias vezes ao longo da cadeia produtiva.

³ Nem sempre foi o PIB o indicador central para uma economia nacional ou regional. No período em que dominavam as ideias mercantilistas (séc. XV a XVIII) a balança comercial e os fluxos internacionais de ouro eram os principais indicadores econômicos. No período do padrão-ouro (séc. XIX até início do séc. XX), a estabilidade na paridade das moedas com o ouro e entre si serviam de base para os diagnósticos econômicos.

⁴ Inúmeras pesquisas têm questionado o uso do PIB para mensurar o desenvolvimento econômico de um país ou região (MAYER, 1974; PIKETTY, 2014; SEN, 2000). Por ser uma variável exclusivamente quantitativa, importantes aspectos qualitativos de uma economia ficam invisíveis quando se analisa apenas essa medida. O Brasil é um caso bastante ilustrativo desse problema. Figurando sempre entre as 10 maiores economias do mundo em termos de PIB, enfrenta simultaneamente um dos maiores níveis globais de desigualdade social. O período de ditadura militar, por exemplo, de intenso crescimento do PIB, foi também de aumento expressivo nas desigualdades de renda (SOUZA, 2016).

Isso ocorre, pois, aquilo que é produzido por um setor reaparece no preço de venda do produto seguinte. No exemplo acima, o setor de farinha vende suas mercadorias por um preço de \$ 350,00, no entanto, uma parte desses é apenas o preço do trigo transferido para o da farinha. O novo valor criado, ou o **valor adicionado** no setor, é dado pela diferença entre seu **consumo intermediário** (trigo) e o **valor bruto de sua produção** (farinha). Somando-se o valor adicionado por cada setor chega-se ao resultado do PIB de uma economia. Esse processo de mensuração chama-se **ótica da produção**, no exemplo acima o PIB alcança a cifra de \$ 500,00⁵.

Fica evidente que todo valor do PIB aparece no preço das mercadorias destinadas à demanda final. Observamos, assim, o PIB pela **ótica da demanda** e temos a primeira identidade econômica entre produção e consumo. Em uma economia real, a mensuração do PIB por essa ótica considera como demanda final outros elementos, para além do **consumo das famílias**. São eles: O **Investimento Bruto**, composto pela **Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)** e a **Variação de estoques**; o **Consumo do Governo**; e as **Exportações**. Para se chegar à medida exata do PIB é necessário subtrair desse total as **Importações** que aparecem no consumo das famílias, investimento, etc., ou seja, retirar tudo aquilo destinado à demanda final, mas que não foi produzido no país.

Por sua vez, o valor adicionado pelas diferentes atividades econômicas é distribuído entre os agentes da produção na forma de lucros, salários, impostos, aluguéis, juros, etc. O valor adicionado assume, nessa distribuição, as diferentes formas de rendimentos existentes. Essa é a terceira ótica do PIB, chamada de **ótica da renda**.

Temos, assim, de maneira bastante simplificada, as diferentes formas de mensuração do PIB de uma região, o qual pode ser visto como a identidade entre a produção, a demanda e a renda. No Brasil, o IBGE calcula o Produto Interno Bruto pelas três óticas para o país e, conjuntamente com institutos estaduais, o PIB pela ótica da produção e renda para os estados. Também é calculado o PIB municipal pela ótica da produção.

⁵ Como o PIB é uma medida de fluxo, ele irá indicar a produção dentro de um período determinado. No exemplo acima não é necessário supor que as sementes são produzidas do nada, ou apenas com trabalho. Apenas significa que os insumos necessários para a produção de sementes foram adquiridos em um período posterior, ou seja, que o valor neles adicionado já foi contabilizado em outro tempo. A variável de ajuste, nesse caso, é a variação de estoques.

Essas decomposições do Produto Interno Bruto já fornecem uma figura mais precisa quando se pretende analisar os determinantes da dinâmica econômica de um local. A partir da análise das distintas óticas do PIB, podem-se responder questões como: qual o principal responsável pelo crescimento ou queda do PIB, dentre os componentes da demanda final? Como se dá a apropriação da renda entre as diferentes classes em um país? Quais setores têm puxado o crescimento da economia?

Para captar esses efeitos gerais, no entanto, é necessário conhecer e medir as diferentes interações entre essas variáveis. Essa análise permite explorar outra série de questões, favorecendo um panorama mais preciso da economia local, por exemplo: De que forma uma queda no consumo das famílias afeta a produção nos diferentes setores produtivos? Qual o impacto da queda na produção de determinada atividade, sobre os salários totais? Como a retração na demanda internacional se transmite ao longo da produção local de bens e serviços? Para se mensurar essas relações é necessário compreender que as diferentes atividades produtivas ou de serviços impactam umas as outras, tanto direta quanto indiretamente.

Analisando o diagrama acima e imaginando não uma linha de produção, mas toda uma teia de setores econômicos, é possível compreender esses impactos diretos e indiretos. Por exemplo, uma queda na demanda final por pão causará um efeito imediato sobre o setor de farinha. Por sua vez, isso irá se espalhar para os setores de trigo e sementes. As demandas específicas desses setores serão afetadas, podendo ocasionar uma redução na compra de máquinas agrícolas, as quais reduzirão sua demanda por borracha para a fabricação de pneus. A menor necessidade de transporte impactará o consumo de combustíveis e assim por diante. Percebe-se, portanto, que a redução na demanda de um produto específico, nesse caso o pão, repercute direta e indiretamente pelos mais variados e distantes setores da economia.

Foi pensando nessas interações e na necessidade em medi-las, que o economista Wassily Leontief desenvolveu a teoria de matriz insumo-produto (MIP), no início dos anos 1940. O processo de construção de uma MIP inicia-se pelo mapeamento detalhado da oferta, demanda e distribuição do valor adicionado entre as várias formas de renda, em um país ou região. Esse mapeamento apresenta: 1) os setores responsáveis pela oferta doméstica, considerando que determinada atividade econômica pode produzir mais do que uma mercadoria; 2) a oferta externa (importações), especificada entre

diferentes bens e serviços; 3) o consumo intermediário dos diferentes setores, detalhado por produto e por origem - se nacional ou estrangeira; 4) a demanda final, apresentada por produto e por destino (consumo, investimento fixo, formação de estoques, exportação, consumo do governo, etc.); 5) o valor adicionado por cada atividade econômica e sua distribuição em salários, lucros e impostos indiretos; 6) os impostos diretos, as margens de comércio e as margens de transporte que incidem sobre os preços dos vários bens e serviços.

A partir dessas variáveis é possível calcular uma matriz de coeficientes de impactos diretos e indiretos, ou matriz de Leontief. Os valores nessa matriz indicam em que medida a produção dos diversos setores deve variar, para que o aumento ou diminuição na demanda de um bem ou serviço específico seja atendido. Através dela é possível perceber as interações entre as várias atividades econômicas e quais são as mais e menos impactadas por determinado setor. A análise desses coeficientes também permite identificar os setores chaves de uma economia nacional ou regional, ou seja, aqueles com impactos mais fortes sobre os demais. Também possibilita análises sobre aqueles que têm sua produção mais demandada pelas outras atividades, aqueles que têm maior impacto sobre o emprego e renda, etc de determinado país ou região.

Uma matriz insumo-produto para o Pará, ou para a região sul e sudeste do estado, poderia ajudar a responder questões como: Quais os setores da região mais afetados pela produção mineral? Em que medida a demanda desse setor é atendida por outras atividades locais ou externas? Como a queda na demanda global e a redução das exportações de minério de ferro irão afetar a produção agrícola local? Quais os setores chaves da economia regional, no sentido de impactos locais sobre a produção? A MIP também tem importância fundamental no planejamento econômico, uma vez que pode guiar políticas setoriais de fomento.

Infelizmente, o alto requerimento de dados para a construção dessa ferramenta tem limitado seu uso, especialmente em nível regional. O IBGE calcula a MIP brasileira a cada 5 anos e inúmeras instituições estaduais têm realizado esforços para a criação de

MIPs regionais. No entanto, essas MIPs regionais não mantêm frequência determinada de publicação⁶.

A Matriz-Insumo produto também tem sido utilizada como instrumento para análise dos impactos econômicos da pandemia da Covid-19. A partir dela, é possível traçar cenários que indiquem não só as consequências sobre o PIB em geral, mas sobre as diferentes atividades econômicas, emprego, arrecadação de impostos, etc.

A análise setorial permitirá, num segundo momento, aproximações sobre os impactos econômicos da pandemia tanto no estado do Pará, quanto em sua região Sul e Sudeste.

Impactos econômicos e setoriais da Covid-19 no Brasil

O cenário econômico que se projeta na esteira da atual pandemia aponta para um ambiente de profunda e generalizada crise. De modo distinto do colapso econômico de 2008, que repercutiu primeiro no setor financeiro e em alguns países e se espalhou em diferentes velocidades ao redor do mundo e da economia, os impactos da Covid-19 surgem simultaneamente nas diversas partes do globo e nos vários setores da produção.

A crise que se avizinha tem outra particularidade importante, a de ser ao mesmo tempo crise do lado oferta e do lado da demanda (DWECK, 2020). Diferente de outros períodos em que problemas na oferta repercutiam sobre a demanda, ou problemas de demanda repercutia sobre a oferta, a perspectiva atual é de quebra simultânea nesses dois momentos do circuito de produção e reprodução da riqueza material.

Por um lado, o isolamento social, a ruptura nas redes globais de suprimento e o protecionismo comercial de alguns países reduzem a capacidade de produção e o abastecimento dos mercados. Por outro, o aumento do desemprego, as incertezas quanto ao futuro e a redução no crescimento global limitam o consumo, o investimento e as exportações, ou seja, os componentes da demanda final. O Estado é o único agente que

⁶ Atualmente, o curso de economia da Unifesspa empreende trabalho semelhante para construção de uma MIP para a região Sul e Sudeste do Pará. Esse trabalho é realizado pelo Laboratório de Contas Regionais da Amazônia (LACAM).

pode atuar de maneira contracíclica nesse período, porém anos de desmonte no setor público e privatizações restringem os instrumentos necessários para tal ação.

A magnitude da crise deve variar de país para país, especialmente devido às distintas respostas dos governos, às composições setoriais de cada economia, à participação de cada componente da demanda final no PIB e à forma como esses componentes se comportam. Para além da produção, os impactos econômicos se revelarão no nível do emprego, da massa salarial, da queda da arrecadação pública e consequentemente, na pobreza, na desigualdade social e em todos os demais problemas relacionados. Como em todas as crises, sua real magnitude e consequências apenas serão conhecidas quando estiver superada.

No entanto, exercícios de prognósticos são extremamente úteis para guiar as políticas públicas nesses períodos e buscar meios não apenas de restringir as quedas na produção, mas proteger as parcelas mais afetadas da população. Buscando uma análise mais profunda dos impactos da pandemia na economia brasileira, o “Grupo de indústria e competitividade do instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (GIC/IE-UFRJ)”, realizou um interessante estudo sobre o tema.

Liderado pela professora Esther Dweck, o estudo desenha três cenários possíveis para economia brasileira: otimista, de referência e pessimista. A partir deles, analisa os impactos dos componentes da demanda final na produção, ocupações, massa salarial, valor adicionado e valor bruto da produção. Esses impactos são mensurados considerando os efeitos sobre os diferentes setores da economia e de que modo cada um deles afeta essas variáveis⁷.

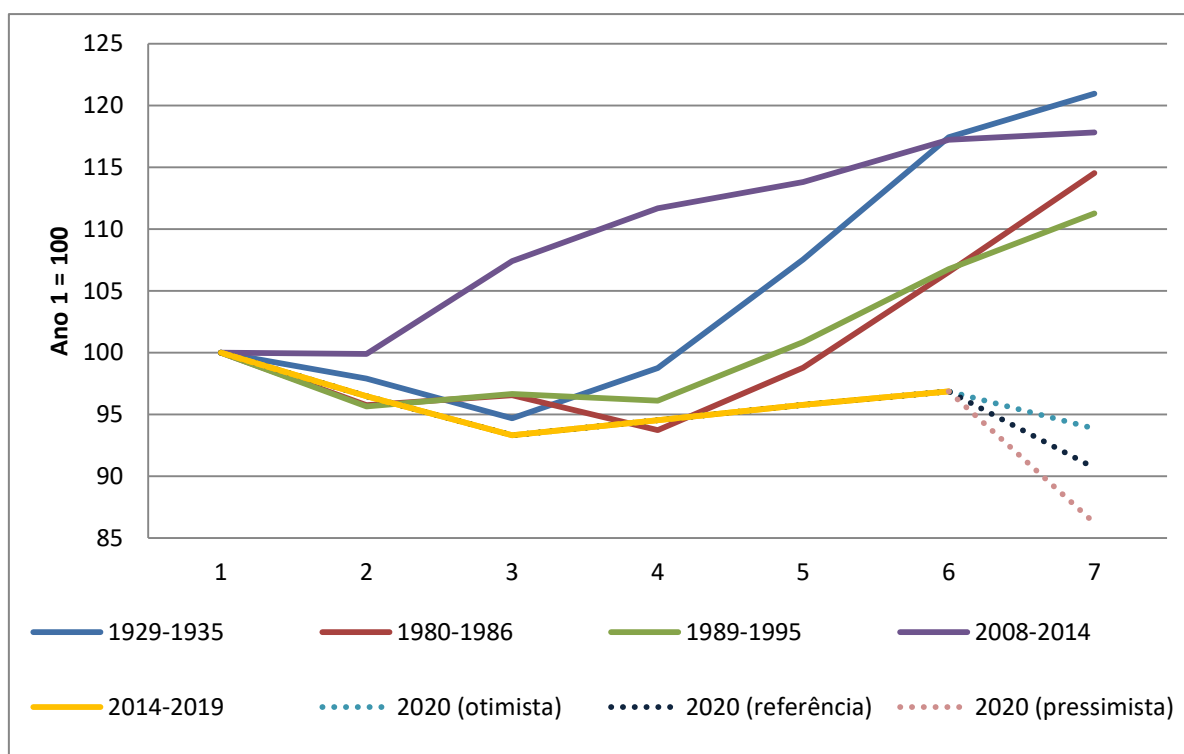
O gráfico 1 apresenta as previsões de retração da produção nesses três cenários e compara o período atual da economia brasileira com o das principais crises vivenciadas pelo país em sua história. Evidenciam-se, nessa figura, dois elementos importantes que ajudam a compreender a magnitude da crise que se avizinha. Em primeiro lugar, que a crise iniciada em 2014 não havia sido de fato superada, quando do começo da pandemia. Em segundo lugar, que essa crise apresentava a recuperação mais lenta de todas as demais vividas pelo Brasil. Viemos de um cenário econômico de bastante

⁷ O estudo completo pode ser consultado em:
https://www.ie.ufrj.br/images/IE/grupos/GIC/GIC_IE_NT_ImpactosMacroSetoriaisdaC19noBrasilvfinal2-05-2020.pdf

dificuldade, sem perspectiva de recuperação no curto ou médio prazo, agravado ainda mais pela crise do Covid-19.

Caso as previsões do estudo realizado pelo GIC/IE-UFRJ se efetivem, chegaremos ao final de 2020 com um PIB real quase 6% inferior ao de 2014, na melhor das hipóteses e aproximadamente 14% inferior, na pior delas.

Gráfico 1: Variação do PIB real nos 7 anos após o último ano de crescimento econômico antes da crise (último ano de crescimento econômico = 100)



Fonte: Elaboração própria a partir de IPEADATA e Dweck, et al (2020)

Os cenários desenhados pelas autoras do estudo e apresentados no gráfico acima se distinguem segundo o período de recuperação esperado. No otimista, supõem que a economia se comporte como um “V”, ou seja, uma queda brusca seguida de uma recuperação acelerada. No de referência, que o comportamento se assemelharia a um “U”, com uma retomada mais lenta e espaçada no tempo. No cenário pessimista, a produção teria um formato de “L” ou de um “U” mais alongado, sinalizando forte retração econômica, com longo e demorado processo de retomada⁸.

⁸ Em reportagem de Fernando Canzian de 29 de junho de 2020, é analisada uma quarta possibilidade de recuperação da Crise da Covid-19, a qual teria um formato de ‘K’. Nesse cenário, a parcela mais rica da população alcançaria ganhos mais acelerados, enquanto os trabalhadores, especialmente os mais vulneráveis, teriam perdas significativas em seus rendimentos. O efeito principal desse movimento seria

Para se identificar os efeitos da crise nas variáveis estudadas, foram analisados os componentes da demanda final, estimada para 123 produtos ou serviços. Esses foram diferenciados segundo sua forma de absorção: exportações, consumo e investimentos públicos, consumo das famílias e investimento das empresas e famílias.

Para o consumo e exportações, foram analisadas as reduções na demanda por grupos de produtos ou serviços. A redução nos investimentos foi considerada linear em todos os bens ou serviços, variando apenas sua intensidade em cada cenário. O consumo e investimentos do governo foram estimados constantes em todos os cenários. O aumento nesse componente da demanda considerou a elevação dos gastos públicos para enfrentar a pandemia e a estabilidade nas demais despesas do governo.

A tabela 1 resume as variações agregadas em cada um desses componentes, os quais serviram para qualificar os possíveis cenários. Percebe-se em todos eles que o impacto total na demanda final aproxima-se mais da redução no consumo das famílias. Isso se dá pelo peso maior desse componente nessa variável. No entanto, as maiores variações estimadas são nas exportações e no Investimento (FBCF) das empresas e famílias. No cenário pessimista, por exemplo, as reduções nas vendas externas chegariam a mais de 20% e nos investimento a 30%.

Tabela 1 - Cenários de choques sobre os componentes da demanda final (var. % em 2020)

Cenários	Exportações	Consumo e FBCF do Governo*	Consumo das Famílias	FBCF Empresas e Famílias	Demanda Final Total
Otimista	-6,6	2,5	-1,5	-10,0	-2,4
Referência	-15,7	2,5	-3,8	-20,0	-6,0
Pessimista	-20,4	2,5	-8,3	-30,0	-10,3

Nota: (*) Líquida de variação de estoques

Fonte: Fonte: Elaboração própria a partir de Dweck, et al (2020)

Considerando as estimativas de queda em cada um desses componentes da demanda final, o estudo parte para uma análise de seus efeitos sobre o valor bruto da produção (VBP), as ocupações, o valor adicionado (VA), a massa salarial, os impostos

a aceleração das desigualdades sociais. Essa diferença estaria ligada, entre outros fatores, às próprias políticas públicas, com facilidades para as grandes empresas e tímidas na defesa do emprego e da renda. O estudo apresentado nesse texto sinaliza para essa possibilidade, na medida em que apresenta os impactos maiores da crise sobre as ocupações de menores salários. A reportagem completa pode ser acessada em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/06/saida-da-crise-em-forma-k-ampliara-desigualdade.shtml>

sobre produtos e o PIB. A magnitude desses impactos é calculada a partir da MIP brasileira⁹ e, portanto, considera os efeitos diretos e indiretos dos setores entre si. É possível, assim, observar isoladamente como cada uma dessas variáveis responde às variações nos diferentes componentes da demanda final.

A tabela 2 resume esses resultados para os três cenários possíveis. Considerando o de referência, por exemplo, a queda de 3,8% no consumo das famílias levaria a uma retração total de 2,6% no VBP, 3,9% nas ocupações, 2,5% no VA e 2,7% na massa salarial. Em termos absolutos, a redução total da demanda final, nesse cenário, ocasionaria uma perda de cerca de 8,256 milhões de postos de trabalho ocupados. A expectativa para queda no PIB seria de 3,1% no melhor cenário, até 11% no pior.

Dos dados expostos, dois resultados merecem destaque. Em primeiro lugar a retração maior das ocupações em relação à massa salarial, em todos os cenários. Isso ocorre, pois os postos de trabalho mais suscetíveis de serem fechados são aqueles que pagam menores salários, também relacionados a setores com elevada informalidade e por isso, menos protegidos. O resultado um tanto contraditório desse movimento é de aumento do desemprego seguido de aumento do salário médio (DWECK, 2020). O segundo é a redução nos impostos, especialmente do ICMS, maior que a retração do PIB. O ICMS é o principal imposto para o financiamento das unidades da federação, as quais se encontram na linha de frente de combate à pandemia. Isso indica uma necessidade elevada de auxílio federal para repor essas perdas.

⁹ Como o IBGE calcula a MIP nacional de 5 em 5 anos, o estudo do GIC/IE-UFRJ atualiza a MIP de 2015 para os últimos dados expandidos das contas nacionais de 2017. Os vetores de demanda final são estimados a partir dos dados de 2019 e deflacionados para preços de 2017, mesmo ano da MIP. O fato de utilizar uma MIP defasada não gera prejuízos, pois os coeficientes da matriz refletem a estrutura tecnológica da produção local, a qual é mais ou menos estável no curto prazo.

Tabela 2 – Choques por componente de demanda (var. %) e impactos sobre variáveis selecionadas (contribuição para a variação da demanda total de cada componente da demanda final)

	Exportações	Consumo e FBKF do Governo	Consumo das Famílias e das ISFLSF	FBKF Empresas e Famílias	Demand a Final	Total em milhões (exceto ocupações em milhares)
Cenário Otimista						
Var. Total (%)	-6,6	2,5	-1,5	-10,0	-2,4	-
VBP	-1,2	0,4	-1,5	-1,2	-3,5	-432.332
Ocupações	-0,6	0,4	-2,7	-1,1	-4,4	-4.657
VA	-0,9	0,4	-1,4	-1,0	-3,0	-184.646
Massa Salarial	-1,0	0,6	-1,7	-1,0	-3,2	-79.575
ICMS*	-	-	-	-	-4,1	-20.806
PIB*	-	-	-	-	-3,1	-227.710
Cenário de Referência						
Var. Total (%)	-15,7	2,5	-3,8	-20,0	-6,0	-
VBP	-2,5	0,4	-2,6	-2,4	-7,1	-876.551
Ocupações	-1,4	0,4	-3,9	-2,1	-7,9	-8.256
VA	-1,9	0,4	-2,5	-2,0	-6,1	-377.038
Massa Salarial	-1,8	0,6	-2,7	-2,1	-6,0	-151.185
ICMS	-	-	-	-	-8,3	-41.826
PIB	-	-	-	-	-6,4	-462.792
Cenário Pessimista						
Var. Total (%)	-20,4	2,5	-8,3	-30,0	-10,3	-
VBP	-3,3	0,4	-5,5	-3,6	-12,1	-1.497.603
Ocupações	-1,8	0,4	-8,0	-3,2	-14,0	-14.701
VA	-2,5	0,4	-5,2	-3,0	-10,5	-653.467
Massa Salarial	-2,4	0,6	-5,5	-3,1	-10,5	-265.518
ICMS	-	-	-	-	-14,3	-71.830
PIB	-	-	-	-	-11	-798.889

Nota: Apenas o impacto total é calculado para o ICMS e o PIB

Fonte: Elaboração própria a partir de Dweck, et al (2020)

Além da análise agregada dessas variáveis macroeconômicas, o estudo realizado pelo GIC/IE-UFRJ apresenta estimativas dos impactos da crise da COVID-19 sobre os diferentes setores da economia. No trabalho são analisados 67 setores, os quais foram posteriormente agregados em 12 atividades, para divulgação. A tabela 3 apresenta os efeitos setoriais da crise, para o cenário de referência, sobre a variação e nível do valor adicionado, número de ocupações, massa salarial e impostos sobre produtos em reais.

A análise setorial é bastante importante para aproximações no nível regional, dado que a composição das atividades econômicas varia entre as diferentes unidades da federação. Esse exercício será realizado no segundo texto para o painel da COVID-19. Tomando apenas os resultados para o Brasil no cenário de referência, percebe-se que em termos de valor adicionado o setor com maiores perdas é o de construção civil (-16,1%), seguido pela indústria extrativa (-13,9%), de transformação (-11,3%) e comércio (-

10,3%). Em termos absolutos, no entanto, os principais setores responsáveis pela retração total do VA são comércio, indústria de transformação e outras atividades de serviços. Esses três setores em conjunto explicam quase 64% da queda total estimada do VA no país.

Quando se analisam os efeitos sobre as ocupações percebe-se um impacto desproporcional sobre alguns setores. As atividades agropecuárias, por exemplo, responsáveis por apenas 4,9% da queda agregada do VA, apresentam uma retração nas ocupações de 10,7% do total no Brasil. Na construção civil o cenário é semelhante. Enquanto a queda do VA no setor responde por aproximadamente 10% do total, a redução de suas ocupações correspondem a 15% de toda retração no país. A queda mais que proporcional das ocupações nesses setores em relação ao VA relaciona-se com o elevado grau de informalidade em ambos. Por outro lado, a atividade de indústrias extrativas, com forte peso na queda agregada do VA, responde por parcela diminuta da redução das ocupações.

No caso dos impostos sobre produtos, a indústria de transformação é a grande responsável por sua retração. Sozinha, a queda em sua produção corresponde por 82,1% de toda diminuição no ICMS e 69,8% no total dos impostos sobre produtos.

Tabela 3: Impactos econômicos setoriais da COVID-19 – cenário de referência

Setor (SCN 12)	VA(%)	VA (R\$)	VA (Part. no total %)	Ocupações (qtd)	Ocupações (Part no total %)	Massa Salarial (R\$)	Impostos sobre Produtos	
							ICMS (R\$)	Total (R\$)
Agropecuária	-5,8	-18.474,86	4,9	-883,37	10,7	-3.326,07	-627,39	-1.029,05
Ind. Extrativas	-13,9	-26.015,62	6,9	-33,02	0,4	-5.745,03	-376,43	-1.200,56
Ind. Transformação	-11,3	-77.292,79	20,5	-1.205,35	14,6	-38.400,99	-34.297,32	-59.770,54
SIUP**	-0,4	-754,08	0,2	-16,51	0,2	-604,74	0,00	0,00
Construção	-16,1	-37.326,76	9,9	-1.213,60	14,7	-12.850,73	0,00	-5.230,99
Comércio	-10,3	-87.849,85	23,3	-2.030,93	24,6	-35.830,85	-878,35	-1.886,59
Transp., armazen. e correios	-7,9	-21.114,13	5,6	-396,28	4,8	-9.827,03	-1.254,78	-3.001,39
Inf. e comunicação	-9,3	-19.605,98	5,2	-140,35	1,7	-8.315,18	-2.551,39	-3.944,68
Atividades financeiras	-3	-12.819,29	3,4	-33,02	0,4	-3.779,63	0,00	-2.486,87
Atividades imobiliárias	-1,1	-6.786,68	1,8	-8,26	0,1	-151,19	0,00	0,00
Outras ativ. Serviços	-6,9	-75.784,64	20,1	-2.418,95	29,3	-37.947,44	-1.840,34	-7.203,34
Administração pública	0,6	6.786,68	-1,8	132,09	-1,6	5.593,85	0,00	0,00
Var. Total (%)	-	-6,1%	-	-7,90%	-	-6,0%	-8,30%	-8,20%
Total*	-	-377.038,06	-	-8.255,80	-	-151.185,00	-41.826,00	-85.754,00

* Valores em milhões de reais, exceto ocupações em milhares.

** Serviços industriais de utilidade pública

Um ponto importante ressaltado no estudo são os impactos elevados sobre a indústria de transformação brasileira. A crise atual pode acelerar um processo já evidente na economia do país, de perda relativa na importância do setor industrial no PIB. Suas implicações são bastante graves, dado que as atividades industriais apresentam elevados encadeamentos setoriais.

A aceleração da especialização produtiva em atividades primárias, especialmente na agricultura, pecuária e extração mineral, pode apresentar-se como uma das consequências da crise. Como se sabe, esses são setores puxados pela demanda externa, alguns deles com altas taxas de informalidade e baixos salários, além de estarem ligados a conflitos sociais e danos ambientais.

Considerações finais

A pandemia da Covid-19 é, antes de tudo, uma crise sanitária e de saúde pública e esse deve ser o foco de seu enfrentamento. Ações para limitar seu contágio e diminuir as mortes decorrentes da doença são urgentes e deveriam ser buscadas de maneira irrestrita. A economia é fator secundário, que apenas toma o primeiro plano na ausência de medidas efetivas do poder público. Essa é a experiência mais exitosa internacionalmente, em que o Estado tem assumido o peso da retração econômica em favor da preservação da vida.

No entanto, é evidente que os impactos econômicos serão amplos e por isso mesmo é necessário que sejam previstos. Percebê-los de maneira prévia pode capacitar o Estado a agir de maneira estratégica e proteger setores econômicos importantes, preservar empregos e evitar que as populações mais vulneráveis arquem com o maior peso da crise.

O estudo apresentado nesse texto apresenta alguns cenários possíveis para a economia brasileira e aponta perspectivas bastante preocupantes. A crise desencadeada pela Covid-19 vem em um período de fragilidade nacional, em que a última crise ainda estava longe de ser superada.

A realidade prévia da economia brasileira, de lenta recuperação desde a crise de 2015, sugere que dificilmente os cenários mais otimistas se cumprirão. Se a retomada já

era decepcionante antes da pandemia, o tão desejado cenário em “V” aparece como mero exercício de reflexão.

De todos os dados expostos nesse trabalho, talvez o mais preocupante seja o impacto da crise sobre as ocupações. No pior dos cenários, estima-se uma retração de aproximadamente 14,5 milhões de postos de trabalho. Ao mesmo tempo, um impacto que será maior sobre as atividades que pagam menores salários, podendo se refletir em um aumento na desigualdade de renda no país.

Outro ponto importante são os efeitos da crise sobre a indústria de transformação nacional. A aceleração do processo de desindustrialização pode ser uns dos legados de longo prazo sobre a economia brasileira.

A crise que se impõe para a já fragilizada economia nacional demanda interpretações que ultrapassem sua mera expressão quantitativa. No entanto, mensurar seus efeitos imediatos é um passo inicial importante na luta pela defesa das populações mais atingidas. A pandemia já tem mostrado seu recorte social e de classe na saúde, na economia não será diferente.

Referências

BARRO, R J; Ursúa, J. F.; Weng, J. "The Coronavirus and the Great Influenza Pandemic. Lessons from the “Spanish Flu” for the Coronavirus’s Potential Effects on Mortality and Economic Activity”, **NBER working paper 26866**, 2020.

CANZIAN, F. Saída da crise em forma ‘K’ ampliará desigualdade. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 de junho de 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/06/saida-da-crise-em-forma-k-ampliara-desigualdade.shtml>>. Acesso em: 05 de julho de 2020

DWECK, E. et al. Impactos macroeconômicos e setoriais da Covid-19 no Brasil. **Nota Técnica GIC/IE-UFRJ**, Rio de Janeiro, maio de 2020.

FEIJÓ, Carmem Aparecida; RAMOS, Roberto Luis Olinto (orgs.). **Contabilidade Social: a nova referência das Contas Nacionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 5º ed. 2017.

LEVANTAMENTO MOSTRA QUE COMÉRCIO ABERTO NÃO EVITA PERDAS ECONÔMICAS COM CORONAVÍRUS. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 de maio de 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/05/quarentena-flexivel-nao-impede-retracao-da-economia-em-meio-a-crise-global.shtml>>. Acesso em: 30 junho de 2020

MAYER, R. . J. Medidas de Contas Nacionais e Desenvolvimento: Retorno a um Tema Antigo. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, v. 14, n. 6, nov-dez, 1974.

PIKETTY, T. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

SEN, A. K. **Development as freedom**. New York: Anchor Books, 2000